

# **Em busca de uma nova leitura das invisibilidades nas cidades corporativas: o conceito de escala e a produção da periferia urbana mais recente de Campinas-SP**

**Helena Rizzatti Fonseca**

helenarizzattifonseca@gmail.com  
Universidade Estadual de Campinas

**Palavras-chave:** periferia urbana, espaços luminosos e espaços opacos, escalas geográficas.

**202**

Para buscarmos compreender o processo de urbanização mais recente da cidade de Campinas-SP, com destaque para a periferização engendrada recentemente, é necessário também discutirmos importantes compreensões utilizadas na Geografia para a análise do espaço urbano. Focaremos nesse resumo expandido, após apresentarmos o processo de urbanização tal qual se dá em Campinas-SP, na releitura do entendimento do conceito de escala para o estudo das ocupações de terras urbanas por parte da população com menor poder aquisitivo residente na cidade.

Campinas acompanha o processo de urbanização brasileiro, transformando-se nas últimas décadas numa cidade corporativa e fragmentada (SOUZA, 2008). Ao analisarmos a história das sucessivas transformações do espaço campineiro nota-se a constituição de uma importante densidade técnica, científica e informacional (SANTOS, 2000) ao longo do século XX. Campinas participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho fundada na variável informação, acolhendo objetos (formas geográficas) e ações condizentes com esta nova vaga de modernizações. A cidade é hoje lugar para diversas redes privadas e públicas que perpassam o território brasileiro e um centro de informações científicas e econômicas.

Todavia, apesar de Campinas ser este lugar que detém conteúdos técnico-informacionais importantes para a difusão das modernizações no território brasileiro, a

cidade acompanha a tendência do processo de urbanização no país, conduzido em grande medida por interesses corporativos. Tais interesses se utilizam dos mecanismos da especulação, da distorção da legislação urbana e dos orçamentos públicos, bem como da manipulação das informações e, dessa maneira, configuram um território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2001) pautado na fragmentação e na segregação.

A cidade está entre os quinze municípios brasileiros com maior população residente em aglomerações subnormais, segundo o Censo de 2010 (IBGE). Configura-se, então, um espaço urbano que abriga as modernizações, mas incapaz de responder às necessidades de grande parte da sua população e, desse modo, reprodutor de uma pobreza estrutural (SANTOS, 2000). Constituem-se, assim, de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 264) os denominados:

espaços luminosos [como] aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações.

*As ocupações de terras urbanas*<sup>1</sup>, cada vez mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil a partir do final da década de 1970 (RODRIGUES, 1988), são manifestações dessa urbanização corporativa<sup>2</sup> incorporada pelo país (SANTOS, 1990). Tratam-se de formas-conteúdos da reprodução da vida nos espaços opacos.

Com as mudanças no modo de produção capitalista provindas da ascensão do paradigma econômico da produção flexível e o conseqüente acirramento do processo de globalização, nas décadas de 1980 e 1990, alteram-se as dinâmicas de apropriação da terra urbana e o acesso à moradia nas metrópoles dos países periféricos (MARICATO, 1996, CALDEIRA, 2003).

---

1Entendemos as ocupações de terras urbanas como as invasões de terrenos privados e públicos dentro do perímetro urbano pela população de baixa renda salarial.

2De acordo com M. Santos (2009a, p. 143) “A partir de um equipamento seletivo do território, dá-se uma urbanização corporativa rapidamente crescente e despontam metrópoles e cidades corporativas, onde, de um lado, a modernização do meio ambiente construído favorece as grandes empresas e, de outro, o êxito das reivindicações dos grupos sociais vai depender de pressões corporativas. Nessas condições, parcela importante dos recursos públicos se dirige a um equipamento urbano seletivo, do interesse da economia hegemônica e das camadas sociais hegemônicas.”

Santos (1990) entende que a cidade é composta por diversas frações urbanas e cada uma delas tem aglomerações dotadas de características próprias, tanto no que se refere ao meio ambiente construído e às infra-estruturas, quanto no que se refere às condições sócio-econômicas locais. Como o autor indica “A região deixa de ser um nível de análise suficiente e vamos cada vez mais encontrar como níveis de análise fundamentais, o universo, a nação e o lugar.” (SANTOS, 1988, p. 60).

Para o estudo dessas periferias espalhadas por todo o território nacional e os países de Terceiro Mundo, o autor supracitado (1987) traz duas maneiras de realizar tal análise: na primeira leva-se em conta “a situação do homem enquanto produtor, consumidor ou exclusivamente enquanto cidadão no interior de um espaço não-uniforme” (ibidem, p. 86, grifo do original), e para essa análise “Cada lugar é aqui definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que mantêm maior relação com as forças presentes” (ibidem). Na segunda abordagem há um complemento à primeira, e leva-se em conta os “parâmetros cuja escala é externa ao lugar, só que muitas vezes eles determinam uma estrutura interna específica a cada ponto do espaço.” (ibidem).

204

Sposito (2011, p. 125) explica que: a constituição do sistema-mundo a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista fez com que a realização da vida econômica se dê em escalas progressivamente mais abrangentes, e assim também as relações políticas e sociais. Tal fato exige de nós uma mudança metodológica para análise da realidade, pois é preciso que, mais do que aumentemos a escala de análise, aprendamos a “articular entre si escalas cujos âmbitos de realização social e econômica se sobrepõem, se combinam e entram em conflito simultânea e continuamente” (idem, p. 127).

O geógrafo Corrêa (2003, 2011) explica que o conceito de escala envolve quatro acepções: “escala enquanto tamanho (economias de escala); escala cartográfica (1:2000, ou grande escala em mapa geográfico); escala espacial, ou área de abrangência de um processo ou fenômeno (local, regional, nacional, global); e escala conceitual, ou as relações entre um objeto de pesquisa, os questionamentos e teorias pertinentes e suas

representações cartográficas.” (2011, p. 41). Interessa-nos aqui a escala espacial e a escala conceitual.

Corrêa (2011) define ainda que a escalaridade é dotada de uma respectiva temporalidade, sendo uma integrante da espacialidade humana. A globalização é, então, o “estágio superior da escalaridade humana criada por poderosas corporações multifuncionais e multilocalizadas, cujas ações levaram à compressão espaço-temporal em níveis impensáveis há 50 anos.” (ibidem, p. 42). O estágio superior da escalaridade humana se deve a chegada ao estágio superior até o atual momento da história global, a compressão tempo-espaço. Nas palavras de Santos (2000) vivemos o período da *unicidade técnica* e da *convergência dos momentos*.

Harvey (2003) aponta importantes observações para essa análise considerando diferentes escalas do espaço e das ações e ressalta que:

as escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e as alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo em que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes. (...). Temos (...) de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares.(p. 109 e 112)

Sposito (2011) e Serpa (2011) sugerem ainda a necessidade do estudo da *diferença* para além da simples observação da existência das desigualdades, sendo estas sociais, econômicas, técnicas, ambientais, enfim geográficas, que se dão em intensidades e formas diferentes. Eles indicam o estudo dos bairros da periferia geográfica das cidades como uma possibilidade de encontro dessa renovação metodológica.

Para isso, precisamos treinar nossos olhares para a leitura da “combinação complexa de fluxos e modos de organização e constituição de redes (econômicas, sociais, políticas, culturais, urbanas) que não se estruturam apenas hierarquicamente, mas resultam de múltiplos fluxos, estabelecidos horizontalmente e transversalmente.” (SPOSITO, 2011, p. 131). Devemos, assim, encontrar as diversas articulações entre o próximo e o distante, e entre os *lugares opacos* e os *lugares luminosos*.

No trabalho a ser desenvolvido realizaremos esse adentramento nas análises das duas maiores ocupações urbanas de Campinas: a região do Parque Oziel e a região do Jardim Campo Belo. Iremos contar a história da formação desses lugares destacando suas semelhanças e diferenças. Por fim, indicaremos em quais variáveis é possível atingir conclusões considerando a zona opaca da cidade como um todo e em quais variáveis é necessário uma análise mais individual de cada área.

### Referências bibliográficas

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em**
- CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. São Paulo: EDUSP, 2003. [2000]
- CORREÁ, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território.** Rio de Janeiro. Ano VII, n. 11, 12, 13. set/out, 2003. (133-136)
- CORREÁ, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 41-52)
- HARVEY, David. **Espaços da esperança.** São Paulo: Loyola, 2003.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995.
- RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras.** Editora Contexto: São Paulo, 1988.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. O meio técnico-científico-informacional e a urbanização brasileira. **Espaço & Debates.** Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo. Ano VIII, n. 25, 1988. (p. 58-62)
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2000.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Regina Célia Bega dos. Campinas como pólo tecnológico na reestruturação do espaço urbano regional. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre as Cidades.** São Paulo: Editora Contexto, 2000, (p. 204-211).
- SERPA, Ângelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação

Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 97-108)

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de &

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 123-146)

SOUZA, Maria Adélia de (org). **A Metrópole e o Futuro:Refletindo sobre Campinas.** Campinas: Territorial, 2008.